



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº
(ao PL 2483/2022)

O art. 83 do Projeto de Lei nº 2.483, de 2022, com a redação dada pelo Substitutivo da CTIADMTR, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 83.

.....

§ 6º A instância única de que trata o *caput* deverá ser um órgão colegiado.”

JUSTIFICAÇÃO

É de grande importância que as decisões administrativas sejam de natureza colegiada, os quais podem ser destacados a seguir. A decisão colegiada promove a imparcialidade e a neutralidade, já que um grupo de autoridades com diferentes formações e experiências reduz o risco de viés individual.

Com a participação de vários membros, a decisão tende a ser mais bem fundamentada, pois diferentes pontos de vista são considerados. A discussão colegiada permite que argumentos e aspectos variados sejam analisados com maior profundidade.

A colegialidade aumenta a legitimidade das decisões aos olhos dos contribuintes; a percepção de que uma decisão foi amplamente debatida e não imposta por uma única autoridade ajuda na aceitação e cumprimento. Isso reforça a confiança no sistema tributário e administrativo.

Um colegiado tende a seguir decisões anteriores e manter consistência em suas decisões. Isso é essencial para a previsibilidade e estabilidade



do sistema tributário, facilitando o entendimento e a conformidade dos contribuintes.

A discussão e o confronto de opiniões entre os membros do colegiado ajudam a identificar e corrigir possíveis erros ou abusos, resultando em decisões mais precisas e justas.

Um colegiado pode ser mais resistente a pressões externas, sejam elas políticas ou econômicas. A multiplicidade de membros dilui a influência que qualquer parte externa pode ter sobre as decisões do órgão, promovendo a independência e imparcialidade.

A colegialidade está alinhada com o princípio do devido processo legal, garantindo que as questões dos contribuintes sejam analisadas com responsabilidade e com o cuidado necessário.

A interação entre os membros do colegiado favorece o intercâmbio de conhecimentos e experiências, contribuindo para a capacitação contínua dos mesmos. Isso é benéfico para a evolução e aprimoramento constante do sistema de consulta tributária.

Em suma, a colegialidade nas decisões administrativas do processo de consulta promove um ambiente mais estável e previsível para as atividades econômicas.

Nesse sentido, proponho a inclusão de parágrafo ao art. 83, estabelecendo que a única instância, responsável por solucionar os processos administrativos de consulta, seja um órgão colegiado. De forma a garantir alguma flexibilidade à autoridade tributária, o ato do Secretário da Receita Federal poderá estabelecer exceções, desde que razoáveis.

As decisões colegiadas das agências reguladoras são tomadas por um grupo de membros ou diretores, em vez de por uma única pessoa. Esse modelo de tomada de decisão é comum em agências reguladoras, que são entidades administrativas independentes criadas para regular e supervisionar setores específicos da economia, como telecomunicações, energia, saúde, transporte, entre outros. Não há razão para ser diferente na Receita Federal.



Ante o exposto, considerando que promover decisões colegiadas é fundamental para um sistema administrativo tributário mais justo e eficiente, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das sessões, 2 de julho de 2024.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2367285459>